

Ministro apostava no ensino básico

PAULO RENATO SOUZA

Desde a campanha presidencial, a educação vem sendo tratada como prioridade pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao defini-la como uma de suas metas no programa de governo "Mãos à Obra", o presidente estava ciente de que o sistema de ensino brasileiro precisava de políticas urgentes e eficazes, que resultariam no maior envolvimento não só do governo federal com as esferas estadual e municipal, como também com a sociedade.

Assumi o ministério com a tarefa de buscar a melhoria da qualidade do ensino público, em respeito à Constituição, resgatando a importância da escola e garantindo instrumentos aos brasileiros para participarem de uma economia cada dia mais competitiva, que requer instrução e especialização.

No início deste governo, demos prioridade para a educação fundamental. Centramos as ações no ensino de primeira à oitava série por ser o gargalo da educação básica. É aí que têm origem os problemas, como a evasão e a repetência, transformando o sistema educacional em entrave para o desenvolvimento.

Não encontramos soluções mirabolantes: vamos, sim, transformar a sala de aula num lugar mais atraente, que desperte o interesse da comunidade. Daremos condições às escolas para que possam formar mais alunos capacitados. O primeiro passo foi o programa *Acorda, Brasil! Está na Hora da Escola!*. A sociedade foi chamada a participar e, hoje, trabalhamos com parceiros que surgiram dessa campanha.

Entretanto, a nossa maior conquista foi a aprovação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que deverá ser instituído nos Estados, no mais tardar, até janeiro de 1998. Com o fundo, haverá melhorias salariais, garantidas na

Constituição, uma vez que Estados e municípios são obrigados a aplicar 15% de tudo o que arrecadam na educação fundamental, além de aplicar em salários de professores que estão lecionando 60% desse valor. A melhoria da qualidade do ensino passa pelo resgate da dignidade do trabalho do professor. Começamos a enviar diretamente para a escola a verba para a manutenção diária. A atuação das associações de pais e mestres fez surgir uma nova relação na comunidade escolar e entre o governo e a escola.

O livro didático está chegando na sala de aula antes do início do ano

letivo, atingindo todos os alunos do primeiro grau. Vinculamos a compra do livro didático à avaliação de seu conteúdo, feita anualmente. O professor ganhou ferramentas adequadas para ajudá-lo no

processo de ensino-aprendizagem. A merenda, componente importante do rendimento escolar, faz parte de um programa descentralizado, que atende o calendário de aulas.

Equipamos 52 mil escolas de primeiro grau com antena parabólica, televisão e videocassete para receberem a programação da TV Escola. Apresentamos ao Conselho Nacional de Educação os Parâmetros Curriculares de Primeira à Quarta Série, com mudanças nas disciplinas e temas transversais.

Estamos acompanhando o aproveitamento dos alunos, por meio do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb). Em 1995, o Saeb mediu o rendimento dos alunos de primeiro e segundo graus de escolas públicas e particulares, em matemática e português. Os resultados reforçam a necessidade do investimento na educação básica e apontam para as mudanças já previstas em programas e ações.

Provão — Outra avaliação importante começou a ser feita no ensino

superior com o provão, que mede a qualidade do curso oferecido e que servirá como informação para o Conselho Nacional de Educação (CNE) efetuar o credenciamento ou não da instituição de ensino. Tivemos um relacionamento profícuo com o Congresso durante a tramitação de projetos de interesse do ministério. É importante ressaltar a aprovação, depois de oito longos anos, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação. Uma lei clara, direta, que abre novas possibilidades para todos os níveis de ensino. É a partir dela que os alunos poderão experimentar formas de acesso ao ensino superior que não o vestibular. Este ano promoveremos um exame para quem estiver terminando o segundo grau, que poderá ser adotado pelas universidades como um dos critérios de seleção.

Em 1997, avançaremos na questão da autonomia universitária, cujo texto de uma proposta, uma emenda constitucional, está sendo acertado com a comunidade acadêmica. Queremos mudanças também no ensino de segundo grau: alterações no currículo do ensino médio serão apresentadas ao CNE e a reformulação do ensino profissionalizante aguarda pela aprovação de um projeto de lei.

Vamos aperfeiçoar ao máximo a execução de vários programas com a fusão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e ainda criar a Fundação Inep, recuperando os trabalhos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e pela Secretaria de Informação e Avaliação Educacional, responsável pela estatística e avaliação educacional.

O difícil quadro da educação terá, em breve, uma mudança significativa. Não é, porém, um exercício de futurologia. É a constatação dos primeiros resultados que confirmam a opção feita pelo presidente.

■ Paulo Renato Souza é ministro da Educação e do Desporto